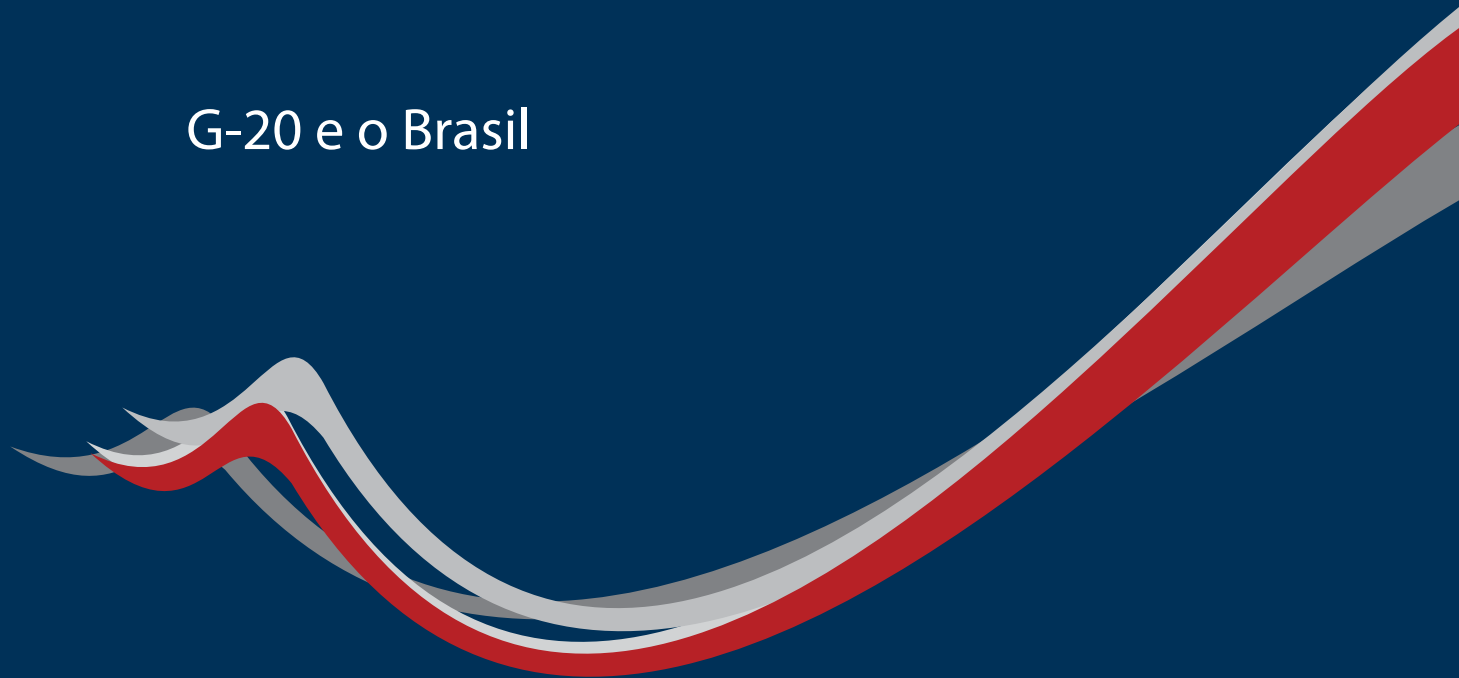


BRICS Monitor

G-20 e o Brasil



Outubro de 2011

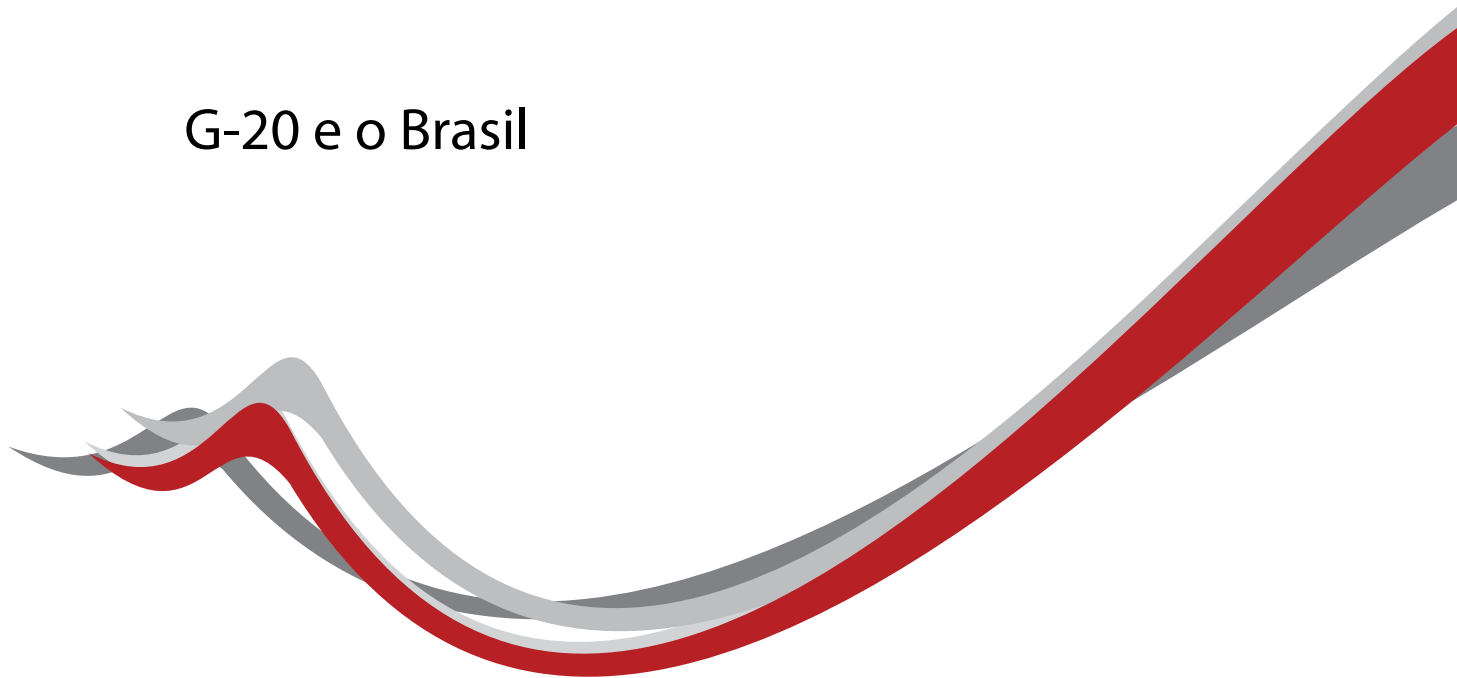
Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



BRICS Monitor

G-20 e o Brasil



Outubro de 2011

Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



G-20 e o Brasil

O G-20 é formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia (Comissão Europeia, Presidência e Banco Central Europeu). O grupo foi criado em 1999 em consequência das seguidas crises de balança de pagamento das economias emergentes, a fim de estabelecer uma maior cooperação em temas econômicos e financeiros. De 1999 até 2008, o G-20 funcionou como foro de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais, mas com a crise financeira de 2008-2009, o grau de representação do grupo foi elevado, passando a organizar as Cúpulas de Líderes (chefes de Estado e Governo). Em 2009, na Cúpula de Pittsburgh, o grupo foi declarado como principal foro para a cooperação econômica internacional entre seus membros. No início, o G20 era um grupo de diálogo informal no quadro do sistema institucional de Bretton Woods. Hoje seu trabalho é focado no enfrentamento dos efeitos da crise sobre a sustentabilidade fiscal de muitos países e a crise do emprego, assim como na construção de uma nova arquitetura financeira internacional, que seja mais aberta à participação dos países em desenvolvimento .

Os principais eixos dentro do G20 são: novos modelos de crescimento e de estabilidade econômica, com vistas a corrigir os desequilíbrios macroeconômicos internacionais, intensificando a coordenação e a troca de informações sobre as gestões macroeconômicas nacionais;

uma maior participação dos países emergentes nas instituições financeiras internacionais de Bretton Woods; coordenação de políticas regulatórias e de supervisão do sistema financeiro em conjunto com o Banco de Compensações Internacionais (Bank of International Settlements), com o Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board) e com o FMI .

Para o MRE, o Brasil percebeu na crise uma oportunidade para a mudança na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional. O país atuou no processo de consolidação do G-20 como o principal foro para lidar com temas econômicos internacionais, e defende a maior participação dos países emergentes nas instituições de decisão sobre a economia mundial. O G-20 abriu espaço ao Brasil para participação em outros foros, como a IOSCO (Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários) e o FSB (Conselho de Estabilidade Financeira), assim como no BIS (Banco de Compensações Internacionais) e no processo de formulação do Acordo de Basiléia III, espaços nos quais são discutidas as novas normas de regulação financeira e bancária .

Diante da situação de crise econômica na Europa, a próxima reunião do G20, que acontece nos dias 3 e 4 de novembro em Cannes, deverá tratar das possibilidades de ajuda de outros países para a reestruturação da economia europeia. A UE pediu, particularmente, que os países emergentes participassem da ajuda à zona do Euro. O Brasil se assinalou a disposição

em ajudar mediante um aporte ao FMI, desde que suas cotas no fundo aumentem em 2014, dando-lhe maior poder dentro da entidade.

Os líderes dos BRICS se reúnem antes da reunião em Cannes para discutir as perspectivas acerca da zona do euro. Os representantes afirmam que o encontro tem o intuito de analisar temas gerais do G-20 e alertam que a comunidade internacional não deve esperar um posicionamento alinhado dos BRICS. A China vislumbra a possibilidade de ajudar, mas foi incisiva ao advertir que o país não é "salvador" da Europa. No caso do Brasil, o país busca relacionar os problemas tratados no G20 com a conferência do clima "Rio+20", onde defende que os países mais ricos fazer uma parte financeiro maior para combater as mudanças climáticas sem taxações que prejudiquem outras economias.

A situação econômica mundial durante a cúpula do G20 em Cannes demandará que os países consigam agir conjuntamente de modo a evitar que a crise na zona do Euro se espalhe e se aprofunde. Os problemas sociais cada vez mais profundos na Grécia e a situação de desemprego e empobrecimento da população em toda a Europa demonstram a gravidade da crise, que pode vir a atingir outros países.

Os quadros abaixo apresentam os principais acontecimentos das Cúpulas anteriores do G20, com destaque para o contexto e a participação dos BRICS.

**Quadro 1 - Cúpula de Washington
Principais eixos temáticos e debates
(15 de novembro de 2008)**

- Contexto da crise econômica mundial

- Pela primeira vez, o grupo passa de uma reunião de ministros de finanças para uma reunião de chefes de Estado;

- FMI, que sempre defendeu políticas de austeridade em momentos de crise de países em desenvolvimento, passa a defender políticas anticíclicas e expansão de gastos públicos para estimular a economia mundial;

- Países defendem a criação de mecanismos para evitar que as instituições financeiras tomem riscos excessivos em períodos de expansão do crédito, normas para tornar as agências de classificação de risco mais confiáveis, uniformização de padrões contábeis, limites para remuneração de executivos e mais transparência nos mercados de derivativos de crédito;

- Cúpula declara que são necessários esforços para estabilizar o sistema financeiro;

. Reconhece a importância do apoio da política monetária;

- Defende usar medidas fiscais para estimular a demanda doméstica com efeito rápido, mantendo uma política que conduza à estabilidade fiscal.

. Ajudar economias emergentes e em desenvolvimento a obter acesso aos financiamentos nas difíceis atuais condições financeiras;

. Encorajar o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) a usarem sua capacidade total para apoiar seu plano de desenvolvimento;

. Garantir que FMI, Banco Mundial e outros MDBs tenham recursos suficientes para continuar desempenhando seus papéis na superação da crise.

Quadro 2: Cúpula de Washington
Posicionamentos dos países BRIC, com ênfase na posição do Brasil
(15 de novembro de 2008)

Brasil

- Governo brasileiro declara que G7 não tem condições de guiar a saída da crise, e tende a ser substituído por G20. O grupo “muda a lógica de decisões políticas” no mundo.
- Brasil defende que os principais países em desenvolvimento devem ter mais participação nas instituições de governança global;
- Defende o fortalecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, desde que isso implique em mudanças que elevem o peso dos emergentes na instituição;
- Declara intenção de adotar políticas anticíclicas, ao mesmo tempo em que quer manter o cumprimento das metas fiscais de superávit primário, definidas para 2008 e 2009;
- Adoção de políticas anti-recessivas;
- Posiciona-se contra a proposta norte-americana de criação de novos mecanismos para gerar crescimento mundial equilibrado e sustentável.

China:

- Reforma no sistema monetário nas instituições financeiras e nas regras e procedimentos das finanças internacionais;
- Declara que quer defender reformas graduais que contemplem de maneira balanceada os interesses de todas as partes;
- Reformas devem buscar objetivos práticos e contribuir para a estabilidade financeira internacional, o crescimento econômico global e o bem-estar das pessoas de todos os países.

Índia:

- Antes da reunião do G20 o embaixador indiano demonstrou preocupação com a queda na demanda de produtos indianos nos EUA, União Européia e China. Setores como o de mão-de-obra intensiva, o têxtil, o de brinquedos, e o de produtos marítimos estariam sofrendo com a queda nas exportações.
- Assim como os outros líderes do G20, a Índia prometeu empregar esforços para reanimar a atividade econômica e rever os mecanismos de regulação do setor financeiro, a fim de prevenir a repetição de problemas como os que fomentaram a crise.

Quadro 3 - Cúpula de Londres**Principais eixos temáticos e debates****2 de abril de 2009**

G-20 aprova pacote de recursos de US\$ 1,150 trilhão para restabelecer o fluxo de créditos

Debate se centra na necessidade de controlar as instituições financeiras, os hedge funds e também os paraísos fiscais. OCDE lança lista de países enquadrados como paraísos fiscais às vésperas da cúpula

- Discussões sobre o aporte financeiros dos países emergentes e a reforma das cotas do FMI

A Cúpula declara:

- Restaurar a confiança, o crescimento e os empregos;
- . Restaurar o sistema financeiro para reestabelecer o crédito;
- . Fortalecer a regulamentação financeira para restaurar a confiança;
- . Financiar e reformar as instituições financeiras vigentes para superar a crise atual e prevenir futuras;
- . Promover o comércio mundial e o investimento, rejeitando o protecionismo, para sustentar a prosperidade;
- . Construir uma sociedade inclusiva, verde e uma recuperação sustentável.

Quadro 4 - Cúpula de Londres**Posicionamentos dos países BRIC, com ênfase na posição do Brasil****2 de abril de 2009**

Países dos BRICS se comprometem a disponibilizar recursos mediante a compra de notas promissórias (Direito Especial de Saque) do FMI. China oferece a compra de US\$ 50 bilhões, Brasil, Rússia e Índia US\$ 10 bilhões cada.

Brasil:

- Aporta primeiro US\$ 4,5 bilhões dos US\$ 10 bilhões oferecidos para compra de DES do FMI;
- Governo brasileiro propõe à China a utilização do real e yuan no comércio bilateral, em substituição ao dólar;
- Contribuição para a campanha do FMI que visa assistir os países atingidos pela crise com a ressalva de não reduzir as reservas internacionais do país;

- Atenta para a importância de os sistemas financeiros estarem vinculados à produção e à geração de emprego e renda;
- Defende a reforma dos organismos internacionais para que se construa uma arquitetura global mais justa;
- Democratização das instituições financeiras;
- Coloca-se contra os paraísos fiscais.

China:

- Defendeu uma maior influência dos países emergentes e em desenvolvimento no sistema financeiro internacional na luta contra o protecionismo comercial e financeiro;
- Favorável ao incremento dos gastos do governo para estimular a economia;
- Concordou com os países europeus na reforma do sistema financeiro internacional;
- Apoiou a criação de uma reserva internacional "supra-soberana", expressando a necessidade de estimular o uso dos Direitos Especiais de Saque (DPS) do FMI como substituto do dólar estadunidense.

Índia:

- Reconhece que muitas questões envolvendo a redistribuição de poder e que não podem ser resolvidas rapidamente.

**Quadro 5 - Cúpula de Pittsburgh
Principais eixos temáticos e debates
24 e 25 de setembro de 2009**

EUA propõem um processo de avaliação mútua, que obrigaria todos os países a se comprometer com mudanças em suas políticas domésticas para assegurar crescimento da economia mundial. Pacto seria implementado e monitorado pelo FMI, antecipando a idéia do que viria a ser o MAP em Seul. China e outros se opõem à proposta.

- Debate sobre possível substituição do dólar como reserva internacional e reformas das instituições financeiras
- Países do G-20 elevam para US\$ 400 bilhões o apoio potencial para financiar o comércio mundial.
- Debate sobre novas regras para os bancos, a fim de fortalecer reservas de capital (com Basiléia 2, mínimo de 8%) e inibir tomada de riscos excessivos.

O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) foi designado como grupo internacional de reguladores encarregado de detalhar as novas regras. Propõe que o pagamento de bônus aos executivos seja limitado a uma parcela das receitas dos bancos.

Cúpula declara:

Marco para o crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado;

-Fortalecimento do sistema de regulação financeira internacional;

-Modernização das instituições globais;

-Reforma do mandato, missão e governança do FMI;

-Reforma do mandato, missão e governança dos bancos de desenvolvimento;

-Segurança energética e mudança climática;

-Fortalecimento do apoio e governança dos bancos de desenvolvimento;

-Segurança energética e mudança climática;

-Fortalecimento do apoio aos mais vulneráveis;

-Preocupação no fornecimento de empregos de qualidade;

-Economia aberta e global

Quadro 6 - Cúpula de Pittsburgh
Posicionamentos dos países BRIC, com ênfase na posição do Brasil
24 e 25 de setembro de 2009

Brasil:

- Brasil declara pretender assumir postura de liderança, em relação às normas internacionais de contabilidade, na América Latina;

- Temor que a dificuldade de transposição de diferenças entre países ricos prejudique as discussões em torno da reforma das instituições;

- Necessidade de garantir mais poder para as nações em desenvolvimento;

- Responsabiliza os EUA pelo bloqueio a negociação global de comércio.

China:

- Manifesta-se contra o protecionismo comercial e a favor da continuação da reforma do sistema financeiro internacional e a concessão de mais voz aos países em desenvolvimento;

- Propôs a criação de um "Fundo Soberano Global" para investir nos países em desenvolvimento;

- Alertou que as políticas de estímulos econômicos "podem eventualmente gerar pressões inflacioná-

rias e enfraquecer as moedas”.

Rússia:

- Defendeu a futura substituição do dólar como reserva monetária, temendo o elevado endividamento norte-americano;
- A Rússia, reivindicava um aumento na representatividade no FMI de 7%, mas ficou 5%.

Índia:

- Foco no setor de comércio, juntamente com Brasil, China e Argentina.

Quadro 7 - Cúpula de Toronto
Principais eixos temáticos e debates
26 a 27 de junho de 2010

- Presidentes do G8 encontram-se dois dias antes no Canadá, acertando suas posições antes da reunião do G20, demonstrando possível enfraquecimento do grupo

- China flexibiliza regime cambial do yuan, adotando oscilação de 0,5% para mais ou para menos em relação ao dólar. O yuan deixa de estar estreitamente atrelado ao dólar, podendo ser medido em relação a uma cesta de moedas internacional, atendendo também ao euro.

- Cúpula enfatiza o crescimento, e menos o ajuste fiscal

Cúpula declara:

Estruturação para um - crescimento forte, sustentável e equilibrado.

- Reforma no setor financeiro por meio de: 1) Forte estrutura regulatória, 2) Supervisão efetiva, 3) Definição e endereçamento das instituições sistemáticas e 4) Avaliação internacional transparente e revisão coletiva.

Compromisso com o fortalecimento da legitimidade, credibilidade e eficiência das instituições financeiras internacionais.

- Combate ao protecionismo e promoção de tratados e investimentos.

-Outras agendas:

- 1) Combate a corrupção.
- 2) Preocupação com o desenvolvimento sustentável global.
- 3) Preocupação com práticas de proteção do ambiente marinho.
- 4) Apreço aos relatórios de denúncia a práticas de subsídios no setor energético.

Quadro 8 - Cúpula de Toronto
Posicionamentos dos países BRIC, com ênfase na posição do Brasil
26 a 27 de junho de 2010

Brasil:

- Presidente Lula não participa pessoalmente da cúpula
- Brasil e EUA se opõem à proposta de taxação sobre o fluxo de capitais internacionais, proposta por países europeus para desestimular movimentos especulativos. O governo brasileiro argumentou que tal proposta aumentaria os custos de financiamento, e iria punir países que não foram responsáveis pela crise. Antes da crise, o Brasil já havia sido favorável à taxação global sobre venda de armas.
- Brasil defende políticas anticíclicas que priorizem a retomada do crescimento, contrário as políticas de ajuste fiscal, especialmente da zona do euro
- País defende um enrijecimento das medidas de supervisão e regulação bancárias.
- Brasil cobra compromisso com a revisão no poder de voto no Fundo Monetário Internacional.
- Brasil rejeita a imposição de taxa internacional sobre bancos, afirmando que o país já conta com regras de controle bancário mais rígidos que as dos EUA e as dos países europeus. Brasil exige dos seus bancos 11% de capital sobre o patrimônio de referência, enquanto o Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) sugere 8%
- O Brasil não tem, no entanto, limites para remuneração dos executivos dos bancos
- País se opôs ao esforço norte americano de incluir na declaração final apelo a retomada a rodada de Doha de liberalização comercial.
- Brasil defende a valorização do yuan para não entrar em atrito com a China.

China:

- Se posicionou a favor de maiores estímulos para diminuir os efeitos da recessão;
- Concordou com o fortalecimento da sua moeda, o Yuan, para evitar uma “guerra cambial” com os Estados Unidos;
- Destacou a importância da ONU para os países em desenvolvimento e da retomada da rodada de Doha da OMC, se opondo às práticas protecionistas;
- Os países desenvolvidos concederam maior poder de votos para as potências emergentes no FMI. A China defendeu que essa medida deveria ser implementada antes da cúpula de Seul.

Rússia:

- A Rússia, juntamente com os demais BRIC, o Canadá e a Austrália, condenou a taxaçoão sobre os fluxos de capitais. Esses países, que apresentam elevada dependência em relação a tais fluxos, para financiar o balanço de pagamentos, se mostraram temerosos com essa medida, crendo que ela encareceria o custo do capital.

Quadro 9 - Cúpula de Seul
Principais eixos temáticos e debates
11-12 de novembro de 2010

- FED anuncia plano para colocar US\$ 6 bilhões na economia americana, na tentativa de estimular sua economia para aumentar as exportações. A inundação de dólares enfraqueceu a moeda americana e apreciou quase todas as demais, acentuando os desequilíbrios comerciais. Aumenta a disputa com o yuan, acentuando a chamada “guerra cambial”.
- Discussões para tentar frear desvalorizações competitivas de grandes países, que estimulam suas exportações e ameaçam provocar reações protecionistas;
- O desequilíbrio nas relações comerciais, causado pelo enfraquecimento do dólar e do yuan, passou a ser o principal assunto de discussões, deixando em segundo plano temas como a nova regulação do sistema financeiro;
- Debate sobre “parâmetros indicativos” para cooperação em políticas cambial, monetária e comercial, que reequilibre a demanda global. Os parâmetros serviriam como “mecanismo de alerta” para identificar os problemas e corrigir as ações.

A Cúpula estabelece:

- Um Processo de Avaliação Mútua (MAP, na sigla em inglês), a ser coordenado pelo FMI. O MAP visa apoiar políticas econômicas de recuperação das economias; monitorar finanças públicas e aplicar medidas para garantir a estabilidade financeira; apoiar reformas estruturais e fortalecer as instituições financeiras internacionais. O MAP irá conduzir políticas que visam corrigir desequilíbrios excessivos.
- FMI sai fortalecido da cúpula, com papel central na preparação da avaliação mútua das políticas cambial, monetária, fiscal, do setor financeiro dos países. Ele deve fiscalizar riscos e vulnerabilidades sistêmicas
- O Fundo é reformado de modo a expandir as cotas de países emergentes.

Quadro 10 - Cúpula de Seul

Posicionamentos dos países BRIC, com ênfase na posição do Brasil 11-12 de novembro de 2010

As cadeiras dos BRIC, com os outros países associados, passam a ter mais de 15% dos votos no FMI, obtendo direito de veto. Os EUA continuam com 17,7% das cotas e mantêm direito de veto sobre decisões mais importantes.

Os dez maiores cotistas são EUA, Japão, os BRIC, França, Alemanha, Itália e Reino Unido

Brasil:

- O Real é a moeda mais valorizada frente ao dólar. O yuan se mantém, e o dólar se desvalorizou desde 2008, segundo o BIS;
- Brasil propõe medidas de controle de fluxo de capital, juntamente com outros emergentes. Até agora, o Brasil e outros nove países já adotaram algum tipo de controle de capital (Coreia do Sul restringiu as operações com derivativos, a Indonésia limitou que investidores vendam alguns títulos de curto prazo. Os bancos centrais de Israel à África do Sul estão comprando dólares para coibir a valorização de suas moedas. A China aumentou a exigência de compulsório dos bancos, para desacelerar o investimento estrangeiro). No caso brasileiro, houve o aumento do IOF (imposto sobre operação financeira);
- Taxa de juros dos EUA, Europa e Japão é quase zero, estimulando o "carry trade": atores financeiros captam recursos nesses países a baixo juros e reaplicam em países com juros altos como o Brasil, ganhando sobre essa diferença, causando uma intensa entrada de capital no país. Isso resulta na valorização do Real;
- Brasil propõe a criação de uma cesta de moedas no mercado externo, que inclua o Real e o Yuan, e

que possa gradualmente substituir o dólar, no modelo do Direito Especial de Saque do FMI;

- O Brasil torna-se o décimo cotista do FMI, passando de 1,3% em 2008 para 1,79% em 2010.

China:

- A China defende que a crise de 2008 não foi provocada pela moeda chinesa ou por outra moeda dos países emergentes, logo não aceita pressões nesse sentido (valorizar a moeda);

- Foca-se nos desequilíbrios do desenvolvimento global e do sistema financeiro internacional apontando para a fraca regulamentação e supervisão dos capitais financeiros;

- China detém 4% de cotas no FMI

Rússia:

- Detém 2,50% de cotas no FMI

Índia:

- acusa os EUA de terem minado o espírito de cooperação devido ao excesso de liquidez e de créditos em sua economia.

-O primeiro ministro indiano defendeu que os líderes do G20 devem se envolver em questões mais amplas, uma vez que não haveria um diagnóstico aceito por todos os países sobre o que aflige a economia mundial.

- Detém 2,45% de cotas no FMI

África do Sul detém 0,79% de cotas no FMI

Referências para elaboração do material:

“Barreiras a fluxo global ganha reforço entre países emergentes”, Valor Econômico, 12 de novembro de 2010

“Brasil aceita virar credor do FMI e emprestará até US\$ 4,5 bilhões”, Folha online, 9/4/2009

“Brasil é o segundo país que mais ganha com mudanças no FMI”, Valor Econômico, 25 de outubro de 2010.

“Brasil vai defender controle de capitais”, Valor Econômico, 8 de novembro de 2010

“Brasil ‘fez as coisas certas’, diz dirigente do Banco Mundial”, Valor Econômico, 23 de setembro de 2009

“Brasil vai se opor no G-20 à ideia de taxar os fluxos de capital”, Valor Econômico, 25 de junho de 2010

“Brics vão se reunir para discutir ajuda a europeus”, Valor Econômico 31 de outubro de 2010

“Câmbio deve travar avanços no G-20”, Valor Econômico, 11 de novembro de 2010

“Crise da dívida e Grécia devem dominar encontro do G-20”, Valor Econômico, 28 de outubro de 2011

“De novo, UE fala da ajuda dos emergentes via FMI”, Valor Econômico 24 de outubro de 2011.

Declaration - Summit on Financial Markets and World Economy. November 15, 2008, em www.g20.org (Declaração de Washington)

“G20 quer alarme antidesequilíbrios”, Valor econômico, 9 de novembro de 2010

“G-20 busca coordenação, mas racha trava reforma do FMI”, Valor Econômico, 25 de setembro de 2009

“G-20 adota em Toronto uma posição menos ‘fiscalista’”, Valor Econômico, 28 de junho de 2010

G20 - Declaração de Pittsburgh, Cúpula de Líderes. 24-25 de setembro de 2009, em www.itamaraty.gov.br

“G-20 promete medidas para reanimar a economia”, Valor Econômico, 17 de novembro de 2008

“G-20 deve aprovar US\$ 1,15 trilhão para emergentes”, Valor Econômico, 02 de abril de 2009

“Grupo quer dar maior destaque ao papel do FMI”, Valor Econômico, 12 de novembro de 2010

Lacerda, Antônio de Corrêa: “A guerra cambial e o Brasil”, em Valor Econômico, 8 de novembro de 2010

“Lula apontará os EUA como único obstáculo a acordo comercial global”, Valor Econômico, 25 de setembro de 2009

“Mantega e Meirelles vão à Turquia para reunião do FMI e Bird”, Valor Econômico, 28 de setembro de 2009

“Mantega defende trocar dólar por cesto de moedas no mercado externo”, Valor Econômico, 10 de no-

vembro de 2010

“Mantega diz estar mais otimistas com solução para crise europeia”, Valor Econômico, 28 de outubro de 2011

“Nova proposta dos EUA divide G-20”, Valor Econômico, 08 de novembro de 2010

“Para Obama, economia dos EUA forte é crucial para recuperação mundial”, Valor Econômico, 11 de novembro de 2010

“Para atenuar crise, Brasil cobra corte de subsídios”, Valor Econômico, 13 de novembro de 2008

Ramos, L./Vadell, J./Saggiaro, A./Fernandes, M.: “G20: formação, evolução e posição de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil”, em Conjuntura Internacional, PUC-Minas, outubro de 2011

“Real é a moeda mais valorizada no G20, diz o BIS”, Valor Econômico 10 de novembro de 2010

The Global Plan for Recovery and Reform, April 2, 2009, www.g20.org (Declaração de Londres)

The G20 Seoul Summit. Leader’s Declaration, November 11-12, 2010, disponível em www.g20.org

The G20 Toronto Summit Declaration. June 26-27, 2010, www.g20.org

www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro

www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.1.5-reforma-da-governanca-global-g20/?searchterm=G20

www.imf.org